

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AGREG AGRO S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em Reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Agreg Agro S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.423.026/0001-61, com sede na Avenida Tiradentes, nº 1.841, Sala 808 do Edifício Prime, Centro, em Rondonópolis, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia resultou da transformação societária da antiga Agreg Agro Ltda., formalizada em 15 de janeiro de 2025 e registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (JUCEMAT) em 05 de março de 2025, mantendo a continuidade de suas operações e personalidade jurídica.

A Companhia atua como distribuidora especializada no setor agronegócio, oferecendo um portfólio completo que abrange o comércio atacadista de sementes, defensivos agrícolas, adubos e fertilizantes. Sua atuação foca no fornecimento de soluções avançadas para a nutrição e proteção de cultivos, além da representação comercial e intermediação de negócios no mercado de grãos (soja).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 refletem o primeiro exercício social da entidade sob a forma de Sociedade Anônima, consolidando as operações de suas unidades operacionais para prover uma visão abrangente de sua posição patrimonial e financeira.

1.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Reforma Tributária sobre o consumo, que introduz o IVA Dual (CBS federal e IBS subnacional). A Lei Complementar 214/2025 iniciou a regulamentação do IBS, CBS e do Imposto Seletivo (IS). Está previsto um período de transição entre 2026 e 2032 para a substituição definitiva do atual modelo (PIS, COFINS, ICMS e ISS).

Considerando que a plena efetivação do novo sistema depende de regulamentações adicionais e que o cronograma de transição terá início apenas em exercícios futuros, a Administração concluiu que a Reforma Tributária não apresentou impactos mensuráveis na avaliação de ativos e passivos ou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025, que compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado (DRE), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), foram elaboradas para apresentar de forma fidedigna a posição patrimonial, financeira e o desempenho da Companhia.

A elaboração destas demonstrações seguiu estritamente as diretrizes da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis a entidades de médio porte (NBC TG 1001) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações refletem o primeiro exercício social da Agreg Agro S.A. após sua transformação societária, consolidando as operações das empresas do grupo de forma a assegurar a transparência e a comparabilidade das informações financeiras.

3. REGIME DE CONTABILIZAÇÃO

O resultado foi apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

4. POLÍTICA CONTÁBIL E CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levaram em conta as características qualitativas conforme determina a NBC TG 1001 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade: Compreensibilidade, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integridade, Comparabilidade, Tempestividade e Equilíbrio entre Custo e Benefício.

Eventuais situações para as quais a NBC TG 1001 não contemplava uma política contábil, foram adotadas subsidiariamente as normas completas do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

5. CONTABILIDADE TERCEIRIZADA

Os administradores da companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

6. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da companhia, conforme previsto no item 30.2 a 30.4 da NBC TG 1001 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Assim ativos, passivos e resultados apresentados nas demonstrações contábeis, mesmo quando contratados em moeda estrangeira, foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

7. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na Seção nº 21 da NBC TG 1001 e no CPC 25. As provisões quando constituídas, encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas

decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação, é mantida até o ganho definitivo quando não couberem mais recursos ou quando da sua prescrição.

8. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A NBC TG 1001

A Companhia declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1001 – Contabilidade para Médias Empresas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração procedeu ao exame conceitual e concluiu que a entidade não possui prestação pública de contas, enquadrando-se nos critérios de elegibilidade para a aplicação integral desta norma. Esta declaração assegura que as demonstrações foram preparadas com base em critérios que priorizam a fidedignidade e a transparência, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Lei nº 6.404/1976.

9. DETERMINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi apurado em estrita obediência ao regime de competência. As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a legislação societária brasileira, observando as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e as normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a NBC TG 1001.

A aplicação desses critérios garante que as receitas, os custos e as despesas sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento, proporcionando a correta mensuração do lucro líquido do exercício.

10. PRINCIPAIS CONTAS

a. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

| | <u>31/12/25</u> | <u>31/12/24</u> |
|------------------------|------------------|-----------------|
| Caixa e Bancos | 1 | 92.357 |
| Aplicações Financeiras | 1.325.982 | 445.205 |
| Total | <u>1.325.983</u> | <u>537.562</u> |

Aplicação Rende Fácil Banco do Brasil - PÓS FIXADO

Fundo de investimento baixo risco, Liquidez diária, líquidos de IR e IOF. Investimento onde os resgates e aplicações são automáticos. O BB Rende Fácil é um CDB (Certificado de Depósito Bancário), rende um percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e se enquadra no risco “Muito Baixo”. Além de contar com a solidez do Banco do Brasil, o BB Rende Fácil conta também com a segurança do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) de até R\$ 250 mil por CNPJ. Sobre os rendimentos haverá incidência de IR (Imposto de Renda) e IOF (Imposto Sobre Operações Financeiras) com tabela regressiva, também de forma automática. As aplicações e resgates automáticos ocorrem com qualquer valor de movimentação, ou seja, a partir de R\$ 0,01. A rentabilidade é crescente, de acordo com o tempo de permanência na aplicação podendo chegar a 100% do CDI. Ao passar para uma nova faixa de rentabilidade, esta é aplicada para todo o período. O BB Rende Fácil é um CDB (Certificado de Depósito Bancário), dessa forma, está sujeito à tributação de Imposto de Renda, decrescendo de 22,5 a 15%, com base na tabela progressiva e a depender de quanto tempo você deixa o dinheiro aplicado. Também incide IOF para resgates com menos de 30 dias da aplicação. Quanto maior o tempo, menor o imposto.

TEM:

Liquidez diária

Risco muito baixo

Tributação automática de IR e IOF (com tabela regressiva)

Cobertura do FGC até R\$ 250 mil

Aplicação Itaú S.A. – Pós Fixado

As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB DI), de emissão do Banco Itaú S.A., possuem prazo de vencimento de 5 anos e contam com a garantia do emissor, além da proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) limitada a R\$ 250 mil por CNPJ.

A modalidade adotada prevê a aplicação automática dos saldos disponíveis em conta-corrente, com rentabilidade escalonada e crescente de acordo com o prazo de permanência. Caso ocorra mudança de faixa de rentabilidade, a nova taxa retroage a todo o período aplicado.

Os resgates são processados automaticamente para cobertura de saldos devedores, acrescidos de R\$ 10,00, observando o limite do saldo investido. Os rendimentos estão sujeitos à incidência de Imposto de Renda (IR) e IOF conforme tabelas regressivas vigentes, sendo o IOF aplicável apenas para resgates ocorridos em períodos inferiores a 30 dias.

Aplicação Sicredi – Sicredinvest Automático – Pós-fixado

O Sicredinvest Automático refere-se a recursos mantidos em conta corrente vinculados a uma modalidade de investimento em renda fixa (Depósito a Prazo), com cláusula de aplicação e resgate automáticos.

É modalidade Depósito a Prazo, com rentabilidade pós-fixada atrelada a um percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Esta aplicação foi adotada pela Companhia para a otimização da gestão de seu fluxo de caixa operacional.

As principais características desta modalidade incluem:

Movimentação Automática: O sistema realiza aplicações automáticas sempre que houver saldo disponível em conta corrente e resgates automáticos para a cobertura de débitos ou necessidades de caixa, garantindo que os recursos da Companhia mantenham rentabilidade sem comprometer a disponibilidade imediata.

Liquidez Diária: Os recursos possuem liquidez imediata, permitindo o resgate do principal e dos rendimentos a qualquer momento para honrar compromissos operacionais.

Remuneração: A rentabilidade é pós-fixada, lastreada em percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Risco e Garantia: É classificado como um investimento de baixo risco, contando com a solidez da instituição financeira e a proteção do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), dentro dos limites regulamentares.

Imposto de Renda (IR): Segue a tabela regressiva de renda fixa (de 22,5% a 15%), incidindo apenas sobre os rendimentos no momento do resgate (conforme o prazo de permanência de cada cota aplicada).

IOF: Há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras apenas para resgates ocorridos em períodos inferiores a 30 dias após a aplicação.

b. RECEBÍVEIS A CURTO PRAZO

Os recebíveis a curto prazo são registrados pelo valor nominal das transações, ajustados para refletir o seu valor provável de realização.

| | <u>31/12/25</u> | <u>31/12/24</u> |
|--|-------------------------|--------------------------|
| Cliente e Outros Créditos | 1.242.845 | 4.052.549 |
| Adiantamentos de Fornecedores | 962.350 | 9.820.292 |
| Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar | 158.731 | 104.748 |
| Outras Contas a Receber | 324.791 | 336.122 |
| Total | <u>2.688.716</u> | <u>14.313.710</u> |

A variação observada no saldo total em relação ao exercício anterior decorre prioritariamente do fluxo de realização dos adiantamentos a fornecedores e da sazonalidade característica do recebimento das vendas de insumos.

c. Clientes e Outros Créditos

Este subgrupo compreende os créditos gerados nas operações comerciais da Companhia, refletindo as vendas a prazo e outros direitos correlatos.

i. Duplicatas a Receber

As duplicatas a receber são registradas pelo valor nominal das transações de venda de mercadorias e prestação de serviços, sendo mantidas pelo valor de faturamento ajustado para refletir a sua real expectativa de realização. A Companhia monitora periodicamente sua carteira de recebíveis para identificar eventuais riscos de crédito e, quando necessário, constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) com base na análise individual de títulos vencidos. A redução do saldo de R\$ 1.242.844,67 em 31 de dezembro de 2025, comparado aos R\$ 4.052.548,80 do exercício anterior, reflete o ciclo de liquidação financeira das operações comerciais e a eficiência na recuperação de créditos de safras passadas.

A Companhia adota uma política de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) baseada na experiência da administração com perdas em anos anteriores, condições de mercado e situação econômica.

ii. Adiantamento a Fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores representam a entrega antecipada de recursos para a aquisição de insumos agrícolas e mercadorias para revenda, visando assegurar a disponibilidade de produtos e a fixação de preços para as próximas safras, sendo o saldo liquidado mediante a efetiva entrega física dos bens contratados. O montante registrado em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 962.349,70, demonstra uma redução expressiva em relação aos R\$ 9.820.291,83 do exercício de 2024, movimento que reflete o ciclo de recebimento e a conversão desses créditos em estoques ou custos operacionais ao longo do período. A Administração monitora constantemente o cumprimento dos prazos de entrega e a solvência dos fornecedores para garantir a plena realização desses ativos conforme os acordos contratuais estabelecidos.

iii. Impostos e Contribuições a Recuperar/Compensar

Este grupo engloba os créditos tributários e contribuições que a Companhia possui direito de recuperar ou compensar com débitos futuros de impostos e contribuições. A gestão desses créditos é uma prática contínua da Companhia para otimizar o fluxo de caixa e a carga tributária.

iv. Outras Contas a Receber

Este grupo engloba outros direitos a receber que não se classificam nas categorias anteriores, mas que são relevantes para as operações da Companhia.

O saldo de outras contas a receber compreende créditos de natureza não comercial, incluindo antecipações de valores a recuperar e outros direitos diversos junto a terceiros que não se enquadram nas operações principais de venda ou adiantamentos a fornecedores. Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado é de R\$ 324.791,27, apresentando uma variação mínima em relação aos R\$ 336.121,54 reportados no encerramento do exercício anterior. Esses valores são

mensurados pelo seu valor nominal de faturamento e monitorados pela Administração para garantir que sua realização ocorra dentro dos prazos previstos, mantendo a fidedignidade da posição financeira de curto prazo da Companhia.

d. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e produção. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado”.

| | <u>31/12/25</u> | <u>31/12/24</u> |
|------------------------------------|------------------------|------------------------|
| Mercadoria para Revenda | 354.436 | 465.016 |
| Remessa para Deposito de Terceiros | 469.040 | 181.458 |
| Total | <u>823.476</u> | <u>646.474</u> |

e. Ativo não circulante

Os investimentos permanentes e relevantes são avaliados pelo custo de aquisição. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e têm seu valor líquido registrado no resultado como outras receitas. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores mensuráveis de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do período quando incorridos.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas de depreciação promulgadas pela legislação fiscal brasileira. A depreciação é reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a vida útil dos bens do imobilizado, em anos, está apresentada a seguir:

| | |
|-------------------------|------------------------|
| Maquinas e Equipamentos | Vida útil (Anos) 10 |
|-------------------------|------------------------|

A movimentação do custo, da depreciação acumulada e do valor contábil líquido é apresentada a seguir:

| | <u>Veículos</u> | <u>Edifícios</u> | <u>Maquinas e Equipamentos</u> | <u>Total</u> |
|--------------------------------------|-----------------|------------------|--------------------------------|--------------|
| <u>Custo:</u> | | | | |
| Em 31 de Dezembro de 2024 | 0 | 0 | 3.472 | 3.472 |
| Adições | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Baixas/Transferência | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Em 31 de Dezembro de 2025 | <u>0</u> | <u>0</u> | <u>3.472</u> | <u>3.472</u> |
| Em 31 de Dezembro de 2023 | 1.403.322 | 805.000 | 3.472 | 2.211.794 |
| Adições | 0 | 9.000 | 205.000 | 214.000 |
| Baixas/Transferência | 1.403.322 | 814.000 | 205.000 | 2.422.322 |
| Em 31 de Dezembro de 2024 | <u>0</u> | <u>0</u> | <u>3.472</u> | <u>3.472</u> |
| <u>Depreciação acumulada:</u> | | | | |
| Em 31 de Dezembro de 2024 | 0 | 0 | 666 | 666 |
| Adições | 0 | 0 | 347 | 347 |
| Baixas/Transferência | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Em 31 de Dezembro de 2025 | <u>0</u> | <u>0</u> | <u>1.013</u> | <u>1.013</u> |
| Em 31 de Dezembro de 2023 | 166.258 | 33.917 | 5.360 | 205.534 |
| Adições | 336.312 | 66.477 | 20.083 | 422.872 |
| Baixas/Transferência | 170.054 | 32.560 | 15.389 | 218.003 |
| Em 31 de Dezembro de 2024 | <u>0</u> | <u>0</u> | <u>666</u> | <u>666</u> |
| <u>Valor contábil Líquido</u> | | | | |
| Em 31 de Dezembro de 2024 | 0 | 0 | 666 | 666 |
| Em 31 de Dezembro de 2025 | 0 | 0 | 2.459 | 2.459 |

A Companhia avalia continuamente seu portfólio de ativos para garantir que sua base imobilizada esteja alinhada com seus objetivos estratégicos de longo prazo, buscando maximizar a eficiência e o retorno sobre o capital investido.

f. OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

A composição das obrigações de curto prazo é como segue:

| | <u>31/12/25</u> | <u>31/12/24</u> |
|----------------------------------|-------------------------|-----------------|
| Antecipação de recebíveis | 246.255 | 0 |
| Banco do Brasil – Financiamentos | 2.417.728 | 0 |
| (-) Juros s/ financiamento FCO | <u>-334.394</u> | <u>0</u> |
| Total | <u>2.329.588</u> | <u>0</u> |

As obrigações de curto prazo em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 2.329.588. Este montante é composto por operações de crédito destinadas ao capital de giro da Companhia, registradas pelo valor nominal acrescido dos encargos incorridos e deduzidas dos custos de transação a apropriar.

Antecipação de Recebíveis: Refere-se à cessão de direitos creditórios junto ao Multiplike Plus FIDC, totalizando R\$ 246.255. O valor representa o montante líquido recebido pela antecipação de títulos com vencimento programado para abril de 2026.

Banco do Brasil – Financiamentos: Saldo de R\$ 2.417.728 relativo à Cédula de Crédito Bancário nº 394.209.661. A operação utiliza recursos do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste), com encargos financeiros baseados na Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) e vencimento final das parcelas de capital em janeiro de 2027.

(-) Juros s/ financiamento FCO: Conta redutora de R\$ 334.394 que representa os encargos financeiros prefixados e encargos básicos a vencer. Estes valores são apropriados ao resultado do período pelo regime de competência, conforme o decurso do prazo da operação.

g. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes da aquisição de bens e serviços destinados à manutenção das atividades operacionais da Companhia, sendo registradas pelo valor nominal das faturas e ajustadas ao valor presente quando aplicável. O saldo reportado em 31 de dezembro de 2025 reflete as obrigações com fornecedores de insumos agrícolas e mercadorias para revenda, cujos prazos de liquidação estão alinhados ao ciclo operacional do agronegócio. A variação observada no exercício é decorrente da estratégia de gestão de estoques e do aumento do volume de compras para atendimento à demanda comercial da empresa, assegurando a continuidade do fornecimento e a competitividade operacional junto ao mercado.

| | <u>31/12/25</u> | <u>31/12/24</u> |
|--------------|------------------------|------------------------|
| Fornecedores | 803.812 | 734.712 |
| Total | <u>803.812</u> | <u>0</u> |

h. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição do saldo de obrigações sociais e trabalhistas é como segue:

| | <u>31/12/25</u> | <u>31/12/24</u> |
|--|------------------------|------------------------|
| Retirada Pró-labore | 1.351 | 1.508 |
| Encargos Sociais e Contribuições a Pagar | 471 | 525 |
| Total | <u>1.822</u> | <u>2.033</u> |

i. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição do saldo de obrigações tributárias é como segue:

| | <u>31/12/25</u> | <u>31/12/24</u> |
|--------------|------------------------|------------------------|
| IRPJ | 43.554 | 460.183 |
| CSLL | 27.350 | 251.952 |
| PIS | 0 | 5 |
| ICMS | 0 | 0 |
| ISS | 0 | 0 |
| Total | <u>70.904</u> | <u>712.140</u> |

As obrigações tributárias são demonstradas pelos valores devidos aos órgãos arrecadadores, apurados com base na legislação tributária vigente. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total de impostos a pagar é de R\$ 70.904, apresentando uma redução significativa em relação ao saldo de R\$ 712.140 apurado em 2024.

Detalhes da composição e as variações do grupo:

Impostos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL): Os saldos de IRPJ (R\$ 43.554) e CSLL (R\$ 27.350) representam a maior parte do passivo tributário. A redução expressiva comparada ao exercício de 2024 (quando os saldos eram de R\$ 460.183 e R\$ 251.952, respectivamente) decorre da variação no volume de operações e na base de cálculo tributária do período.

Contribuições sobre o Faturamento (PIS/COFINS) e Outros: As contas de PIS, ICMS e ISS encerram o exercício com saldo zero, refletindo a liquidação integral das obrigações apuradas no período e a ausência de resíduos a recolher na data do balanço.

Considerações Gerais: A Companhia apura seus tributos e contribuições sociais em estrita conformidade com a legislação tributária brasileira vigente aplicável ao regime do Lucro Presumido. Os valores apresentados no passivo correspondem às obrigações reconhecidas pelo regime de competência que serão liquidadas nos prazos definidos pela Receita Federal do Brasil. A Administração monitora periodicamente a base de cálculo e o faturamento para assegurar que o enquadramento tributário permaneça adequado ao volume de operações e à rentabilidade da Companhia.

j. OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

A composição do saldo de outras obrigações a pagar curto prazo é como segue:

| | <u>31/12/25</u> | <u>31/12/24</u> |
|-----------------------------|------------------------|------------------------|
| Seguros a pagar | 1.289 | 0 |
| Lucros e Dividendos a Pagar | 974.687 | 0 |
| Adiantamento de Cliente | 18.146 | 176.133 |
| Total | <u>994.122</u> | <u>176.133</u> |

As outras obrigações a pagar compreendem compromissos diversos da Companhia que não se enquadram nas categorias de fornecedores ou obrigações tributárias principais, totalizando R\$ 994.122 em 31 de dezembro de 2025.

A composição do saldo é detalhada da seguinte forma:

Lucros e Dividendos a Pagar: Representa a maior parcela do grupo, com o montante de R\$ 974.687. Este valor se refere à distribuição de resultados apurados no exercício de 2025, devida aos acionistas da Companhia conforme as disposições estatutárias e legais. No exercício anterior, não havia saldo pendente nesta rubrica.

Adiantamento de Cliente: Refere-se a recursos recebidos antecipadamente por vendas ou serviços ainda não prestados integralmente até a data do balanço, totalizando R\$ 18.146. Observou-se uma redução expressiva em relação aos R\$ 176.133 de 2024, indicando a efetiva entrega e faturamento dos produtos contratados anteriormente.

Seguros a Pagar: Saldo de R\$ 1.289 relativo a parcelas de prêmios de seguros a vencer, contratados para a proteção do patrimônio e das operações da Companhia.

Estes valores são mensurados pelo valor nominal da obrigação e serão liquidados conforme os prazos contratuais e as deliberações da administração.

k. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO – LONGO PRAZO

A composição do saldo de outras obrigações a pagar curto prazo é como segue:

| | <u>31/12/25</u> | <u>31/12/24</u> |
|--|-----------------|-----------------|
| Financiamento FCO LP – Banco do Brasil - | 422.288 | 0 |
| (-) Juros s/ financiamento FCO | -5.622 | 0 |
| Total | <u>416.667</u> | <u>0</u> |

As obrigações classificadas no exigível a longo prazo compreendem as parcelas de financiamentos com vencimento após o término do exercício social subsequente. O saldo é composto integralmente pela parcela de longo prazo da Cédula de Crédito Bancário nº 394.209.661, contratada junto ao Banco do Brasil com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

O passivo está registrado pelo seu valor nominal, ajustado por conta redutora que representa os encargos financeiros e juros remuneratórios a incorrer, os quais são reconhecidos sistematicamente no resultado conforme o regime de competência e o prazo de fluência da operação.

A operação é assegurada por garantias de alienação fiduciária de imóveis urbanos e pelo aval pessoal dos sócios administradores da Companhia.

I. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. CAPITAL SOCIAL

A composição do saldo do patrimônio líquido como segue:

| | <u>31/12/25</u> | <u>31/12/24</u> |
|--|-----------------------|--------------------------|
| Capital Social | 20.000 | 20.000 |
| Reservas de Capital, Ajustes, Resultados | 544.620 | 12.957.048 |
| Total | <u>564.620</u> | <u>12.977.048</u> |

O Patrimônio Líquido reflete o capital próprio à disposição da entidade e as mutações ocorridas em suas contas ao longo do exercício social. Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 564.620,47, representando uma redução em relação ao saldo de R\$ 12.977.047,61 em 31 de dezembro de 2024. Esta variação é decorrente da distribuição de lucros e dividendos aos acionistas no montante de R\$ 23.304.836,55, compensada parcialmente pelo lucro líquido apurado no exercício de R\$ 10.892.409,41, resultando na manutenção do capital social integralizado e na constituição de reserva legal para reforço da estrutura patrimonial da Companhia.

As mutações ocorridas no Patrimônio Líquido durante o exercício de 2025, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente ao IAS 1), são detalhadas a seguir:

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| DESCRIÇÃO | CAPITAL REALIZADO | RESERVAS DE CAPITAL, AJUSTES, RESULTADOS | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|--|-------------------|--|-------------------|------------------------|----------------------|
| | | LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | RESERVA LEGAL | RESULTADO DO EXERCÍCIO | |
| Saldo em 31/12/2023 | 20.000,00 | -1.309.547,96 | 0,00 | 0,00 | -1.289.547,96 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 0,00 | 397.076,23 | 0,00 | 0,00 | 397.076,23 |
| Saldos Ajustados | 20.000,00 | -912.471,73 | 0,00 | 0,00 | -892.471,73 |
| Lucro Líquido do Período | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.824.502,35 | 21.824.502,35 |
| (-) Distribuições de Lucros | 0,00 | -7.954.983,01 | 0,00 | 0,00 | -7.954.983,01 |
| Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0,00 | 21.824.502,35 | 0,00 | -21.824.502,35 | 0,00 |
| Saldo em 31/12/2024 | 20.000,00 | 12.957.047,61 | 0,00 | 0,00 | 12.977.047,61 |
| Ajustes Credores de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saldos Iniciais Ajustados | 20.000,00 | 12.957.047,61 | 0,00 | 0,00 | 12.977.047,61 |
| (-) Distribuições de Lucros | 0,00 | -23.304.836,55 | 0,00 | 0,00 | -23.304.836,55 |
| Reserva Legal | 0,00 | -544.620,47 | 544.620,47 | 0,00 | 0,00 |
| Lucro Líquido do Exercício | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.892.409,41 | 10.892.409,41 |
| Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0,00 | 10.892.409,41 | 0,00 | -10.892.409,41 | 0,00 |
| Saldo em 31/12/2025 | 20.000,00 | 0,00 | 544.620,47 | 0,00 | 564.620,47 |

Capital Social: O Capital Social da Companhia permaneceu inalterado em R\$ 20.000,00 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, representando o valor nominal subscrito e integralizado pelos acionistas.

Reservas de Capital, Ajustes e Resultados Acumulados: Esta rubrica engloba a reserva legal e os lucros acumulados, cujas principais mutações no exercício de 2025 foram:

- Lucro Líquido do Exercício (R\$ 10.892.409,41): A Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 10.892.409,41 no exercício de 2025, evidenciando a manutenção da performance operacional positiva.
- Distribuição de Lucros (R\$ 23.304.836,55): Conforme deliberação da administração, foi efetuada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 23.304.836,55, utilizando os lucros acumulados de exercícios anteriores e parte do resultado do exercício corrente.

- Reserva Legal (R\$ 544.620,47): Foi constituída reserva legal no valor de R\$ 544.620,47, destinada a assegurar a integridade do capital social, conforme as exigências da legislação societária vigente.

Considerações Finais: A variação negativa do Patrimônio Líquido em 2025 decorre prioritariamente da estratégia de remuneração aos acionistas através da distribuição de dividendos. Apesar da redução no saldo final, a Companhia mantém a integralidade de seu capital social e a constituição de reservas legais, demonstrando capacidade de geração de lucro líquido e suporte financeiro para suas operações continuadas.

Apuração de resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Reconhecimento da Receita Operacional

A receita é reconhecida no momento em que ocorre a transferência do controle, dos riscos e dos benefícios significativos das mercadorias para o comprador, o que geralmente se efetiva na entrega física dos produtos. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de tributos, devoluções, abatimentos e descontos comerciais. Este critério prevalece sobre o momento da emissão do documento fiscal para assegurar que o resultado reflita a competência do exercício em que a obrigação de desempenho foi efetivamente cumprida.

Receitas e Despesas Financeiras

- Receita financeira: Envolve receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos de títulos em atraso e descontos recebidos/obtidos. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o resgate.
- Despesas financeiras: Compreendem despesas com juros sobre empréstimos, tarifas bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Distribuição de Lucros

A distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) aos **acionistas** são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia somente na data em que são formalmente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo órgão de governança competente, conforme previsto no Estatuto Social e na Lei nº 6.404/1976. Até que ocorra a aprovação, tais montantes permanecem registrados no Patrimônio Líquido.

Impostos de Renda e Contribuição

As despesas de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculadas com base no regime tributário do Lucro Presumido. Para as atividades de

comercialização de mercadorias, a base de cálculo é estimada mediante a aplicação dos percentuais de presunção de 8% para o IRPJ e 12% para a CSLL sobre a receita bruta, acrescida das demais receitas tributáveis. Sobre essa base, incidem as alíquotas de 15% para o IRPJ (acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder o limite legal) e de 9% para a CSLL. Por se tratar de Lucro Presumido, a Companhia não reconhece ativos ou passivos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

11. IMOBILIZADO (CPC 27)

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição e depreciados pelo método linear. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada de cada ativo, revisada periodicamente para que o valor contábil reflita a real essência econômica e a capacidade de geração de benefícios, prevalecendo sobre os parâmetros exclusivamente fiscais.

12. FINANCIAMENTOS/EMPRÉSTIMOS

Os financiamentos de bens e empréstimos bancários são mensurados pelo valor principal acrescidos dos juros e taxas incidentes na negociação e reconhecidos conforme pagamentos efetuados por competência.

14. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS (CPC 47)

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

15. RECONHECIMENTO DAS DESPESAS/CUSTOS

Os custos e despesas são registrados no resultado quando incorridos, obedecendo ao regime de competência.

16. CONTINGÊNCIA PASSIVAS

A Companhia reconhece provisões para passivos de prazos ou valores incertos quando existe uma obrigação presente decorrente de eventos passados, cuja saída de recursos seja considerada provável e o montante possa ser estimado com fidedignidade. Processos judiciais com risco de perda classificados como possível são apenas divulgados em notas explicativas, sem reconhecimento no balanço patrimonial, enquanto riscos de perda remota não são provisionados nem divulgados. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração declara que, na data de encerramento do exercício, não existem processos judiciais ou ativos e passivos contingentes que exijam provisionamento ou divulgação adicional além dos saldos já demonstrados.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Técnico em Contabilidade:

Márcio Duarte Bento

CRCMG-075507/O-8

CPF: 042.329.986-75

Administrador:

Sérgio Batista Silva de Souza

CPF: 017.755.001.52